



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PI

ANEXO V
PLANILHA ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI								
Proponente:								
DPF/PHB/PI								
Tipo de Obra:				Desonerado:				
CONSTRUÇÃO				NÃO				
Empreendimento:				Município Aplicável:				
INSTALAÇÕES DA DPF/PHB/PI				PARNAIBA/PI				
Obtenção de um BDI Referencial		Faixas de referência constantes do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	21,25%
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	$BDI = (((1 + AC + R + S + G) \times (1 + DF)) \times (1 + I)) / (1 - I) - 1 \times 100$	
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	0,59%	Limites = (1º Q) 20,34% (M) 22,12% e (3ºQ) 25,00%	
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:	
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios. ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS	
6	Impostos (I)	não aplicável			Impostos (I)	6,65%		
6.1	PIS	não aplicável			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	não aplicável			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	não aplicável			ISS	3,00%		
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	não aplicável			CPRB - Lei 12.546/11			
Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração.								
Declaro para os devidos fins que o Regime de Incidência do PIS e Cofins da empresa é o REGIME DE INCIDÊNCIA [NÃO] CUMULATIVA .								
Ou								
Declaro para os devidos fins que a empresa é optante pelo pelo regime de tributação favorecido e diferenciado do SIMPLES NACIONAL .								
OBSERVAÇÕES:								
<ul style="list-style-type: none">• Quanto aos tributos incidentes sobre o faturamento, primeiramente, em virtude das diferentes disposições legais sobre a forma de cálculo do ISS, o cálculo do percentual desse tributo a ser considerado na composição de BDI de obras públicas depende da correta definição da sua base cálculo e, sobre esta, da aplicação da alíquota correspondente à legislação municipal do local da obra, que pode variar de 2% a 5%, inclusive nos casos de obras com prestação de serviços em mais de um município, a exemplo de obras de linhas de transmissão, rodovias, ferrovias, adutoras, dentre outras.• Sobre o PIS e a COFINS, o cálculo dos percentuais para a composição de BDI deve observar os regimes de tributação desses dois tributos. No caso do regime cumulativo, aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de 'obras de construção civil', os percentuais seriam equivalentes às alíquotas de 0,65% (PIS) e 3,0% (COFINS). Na incidência do regime não-cumulativo, quando as licitantes se enquadrarem na sistemática do lucro real para a apuração do IRPJ, às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) deve ser aplicado um fator redutor em razão do aproveitamento de créditos tributários previstos na legislação tributária, de modo que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos às pessoas jurídicas.• Relativamente ao Simples Nacional, a composição de BDI de empresas comprovadamente optantes desse regime de tributação favorecido e diferenciado deve prever percentuais dos tributos ISS, PIS e COFINS compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher de acordo com os percentuais previstos na legislação complementar, bem como a composição de encargos sociais não deve incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), de forma que os benefícios tributários conferidos por expressa disposição legal sejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração.								